



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

## Uma prática educativa reflexiva na perspectiva da inclusão escolar

**Eixo temático:** Formação de professores e a Educação Inclusiva

**Autoras:** Nozângela Maria Rolim Dantas (Professora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande; Doutoranda em Educação pela PUCRS);<sup>89</sup> Denise da Silva Maia (Psicóloga; Doutoranda em Educação pela PUCRS); Marlene Rozek (Professora da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

**Resumo:** O que se observa nos dias atuais é a crescente necessidade nas escolas de falar, estudar e refletir sobre a temática da inclusão, devido aos constantes desafios que dela provêm. Partindo do princípio de que a inclusão abrange todas as pessoas que são excluídas de alguma forma, do contexto sócio-político-econômico e cultural, com ou sem deficiência, buscou-se desenvolver um projeto de extensão denominado “A inclusão como desafio no processo educativo em uma escola pública estadual”, que teve uma carga horária de 12 horas semanais, totalizando 360 horas de atividades desenvolvidas em uma escola pública do ensino fundamental na cidade de Cajazeiras/PB. Um de seus objetivos foi acompanhar os discentes dessa escola, que está localizada em um bairro periférico da cidade, e auxiliá-los no processo de inclusão, com atividades que proporcionassem uma troca de conhecimentos e promovessem a interação entre os estudantes com e sem deficiência, professores da escola e alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras/PB. Para o desenvolvimento do projeto, foram utilizadas oficinas de material reciclado, música, contação de histórias, confecção de cartazes, dinâmicas de grupos, entre outras. Com os professores, buscou-se realizar um encontro com textos e palestra sobre afetividade e o trabalho docente. No que se refere aos resultados, foi observada uma melhora na relação professor-aluno e na relação entre os alunos com e sem deficiência, bem como o desenvolvimento de atividades pedagógicas mais adaptadas, com a participação de todos os alunos.

**Palavras-chave:** inclusão; educação; escola pública.

## INTRODUÇÃO

Abordar a inclusão nos tempos atuais é pisar em um terreno amplo e complexo. Considera-se que o desenvolvimento de políticas públicas, que atendam tanto as pessoas que estão na linha da pobreza, quanto as minorias relacionadas ao gênero, sexo, religião e etnia, bem como as pessoas com deficiências, é um tema cuja discussão é fundamental.

O presente trabalho nasceu de um convite para um professor da Unidade de Educação, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG),

---

<sup>89</sup> E-mail: nozangela@yahoo.com.br



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

proferir uma palestra sobre a temática da inclusão do aluno com deficiência, em uma escola pública estadual da cidade de Cajazeiras/PB, localizada no sertão da Paraíba. A partir desse encontro, sentiu-se a necessidade de fazer uma formação continuada com os professores dessa escola, desenvolver atividades com os alunos na perspectiva inclusiva, com o apoio e intervenção da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras/PB. A partir de então, um projeto de extensão foi elaborado e encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX). O referido projeto buscou acompanhar os discentes e docentes dessa escola pública e auxiliá-los no processo de inclusão, com atividades que proporcionassem uma troca de conhecimentos entre os professores e os alunos com ou sem deficiência.

Os alunos do curso de Pedagogia da UFCG participaram de forma significativa do projeto, encarregando-se do desenvolvimento e acompanhamento de atividades pedagógicas, o que oportunizou a integração entre a teoria estudada em sala de aula e a prática no cotidiano escolar.

## **1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS**

A escola, por si só, não teria significado se não fosse composta pelas pessoas que nela estão todos os dias. O corpo escolar – formado por gestores, professores, alunos e funcionários de apoio – mantém a escola como um organismo vivo, fazendo pulsar as atividades pedagógicas em todos os seus ambientes, pois ela é composta por pessoas que trazem consigo sonhos, histórias, conhecimentos e experiências de vida.

A instituição escolar se caracteriza como um espaço simbólico dos entrelaçamentos sociais, porque

A escola se constitui, no projeto da modernidade representado pela revolução francesa, como um lugar simbólico significativo de inscrição do sujeito na sociedade e na cultura, lugar de inscrição da criança na comunidade adulta. A educação escolar, em sua concepção moderna, é um lugar de passagem, que desloca o sujeito do lugar da infância, na família, para alocá-lo no lugar de escolhas sociais e culturais do simbólico. A escola assim projetada apresenta-se como possibilidade de subjetivação da marca simbólica transmitida pelos pais. Através da família, a criança se inscreve simbolicamente. Através da educação escolar, na continuidade desse processo, a criança, o jovem, tem a possibilidade de movimentar essa inscrição simbólica primeira, operando-a subjetivamente nas escolhas que pode fazer a partir desse lugar primeiro de inscrição. (ANDREOZZI, 2006, p. 47).



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Apesar de ser um espaço coletivo, a escola também lida diariamente com questões de ordem pessoal, as quais competem a cada um de seus segmentos. Mosquera e Stobäus (2001, p. 92) afirmam que, na realidade, o ser humano parece ter a sua vida marcada “[...] pelo problema do equilíbrio entre o que deseja e o que realmente sua situação vivencial lhe oferece, especialmente em um mundo tão complexo e diversificado”. Assim, os autores propõem uma educação na e para a afetividade, argumentando que, ao desenvolver uma personalidade mais saudável, o professor será capaz de estabelecer melhores relações interpessoais com seus alunos.

Segundo os autores, para uma melhor educação afetiva do professor, faz-se necessário: a) adquirir cada vez mais conhecimento acerca de si mesmo, observar em que momento se encontra, que direção está tomando, qual a mensagem está transmitindo e qual o sentimento que está dando a própria existência; b) desenvolver maior respeito pelo outro, por suas diferenças, assim como maior capacidade de ouvir e compreender o outro; garantir espaços sociais a todos, baseado na crença de que há lugar para todos na sociedade; c) relacionar-se positivamente com o outro, tendo abertura para a diversidade, o diferente, o que implica uma postura democrática, bem como saber o momento certo para dizer sim ou não sem imposições.

Nóvoa (1995), ao abordar a crise de identidade do professor, afirma que, ao longo dos anos, ocorreu uma separação entre o *eu* pessoal e o *eu* profissional e a “transposição desta atitude do plano científico para o plano institucional contribuiu para intensificar o controle sobre os professores, favorecendo o seu processo de desprofissionalização” (NÓVOA, 1995, p. 15). Para o autor,

a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz *professor*. (NÓVOA, 1995, p. 16).

Segundo Nóvoa (1995), a identidade é um processo complexo e que precisa de tempo para refazer identidades, acomodar inovações, assimilar as mudanças. A partir dessas considerações, que valorizam os aspectos afetivos da pessoa do professor, é possível compreender as dificuldades que alguns profissionais apresentam ao receber em sua sala de aula o aluno com deficiência. Para que a inclusão do aluno com deficiência aconteça, faz-se necessário que o professor esteja pessoal e



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

academicamente preparado, para poder desenvolver suas atividades pedagógicas de maneira dinâmica, dentro de um processo que envolva todos os alunos.

O processo de inclusão na escola não deve se restringir apenas ao aluno com necessidades especiais, mas deve atingir todos os alunos, de forma que todos sejam beneficiados, ao mesmo tempo em que quebra as barreiras atitudinais existentes sobre a pessoa com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, art. IV), define barreira como

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

A inclusão, em primeiro lugar, consiste no desenvolvimento do respeito entre todos na escola, independente da sua condição econômica, social, de gênero e da sua deficiência, pois

a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral. (MANTOAN, 2004, p. 27).

É preciso também destacar que é um direito da pessoa com deficiência ter acesso aos vários ambientes sociais e frequentar a escola, como qualquer outra criança que não tem deficiência. As dificuldades de se locomover, de expressão e de comunicação são barreiras que afetam diretamente a sua qualidade de vida, sua convivência na sociedade, seu cotidiano escolar, seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Para Mantoan (2006), o movimento da inclusão não visa a identificação e legitimação das diferenças, que segrega e cria grupos marcados pela identidade, mas se apoia na ideia de igualdade de direitos no exercício da cidadania. Para essa estudiosa da Educação Inclusiva, “a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno” (MANTOAN, 2006, p. 9).

A autora defende o direito à diferença num contexto de igualdade de direitos e aponta a importância das ações educativas no processo inclusivo:

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aulas. (MANTOAN, 2013, p. 1).

Nessa perspectiva, Marchesi (2004) chama atenção para a importância da igualdade de oportunidades, inclusive na escola. Este espaço educacional deve acolher a todos indistintamente, além de ser um ambiente de oportunidades, de crescimento e de desenvolvimento das capacidades do homem em todas as esferas da sociedade.

Freire (2006, p. 259) lembra que

Ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos.

Conforme a Constituição de 1988, a educação é direito de todos; logo, a pessoa com deficiência também está protegida por esse princípio constitucional e tem direito ao acesso à educação. Holanda (2008), ao discorrer sobre esse preceito, considera o termo “todos” como um desafio para as escolas de ensino regular, devido a essas instituições de ensino ainda não estarem prontas e preparadas para receberem a diversidade que busca seus espaços de aprendizagem, sejam as diferenças cognitivas, físicas, visuais, auditivas, culturais, linguísticas, sociais, étnicas e de gênero. Atender a essa demanda é um desafio a ser enfrentado não apenas pela escola, mas pelo conjunto da sociedade.

Numa escola inclusiva só pode existir uma Educação Inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas. (SANCHES; TEODORO, 2006, p.72).

Daí a importância da formação dos professores, pois o docente terá mais segurança ao realizar a escolha das ferramentas pedagógicas que utilizará, sendo capaz de avaliar quais são mais adequadas às características de cada aluno, com ou sem deficiência, bem como do grupo do qual faz parte. No processo educativo, a ação e o saber do professor são de suma importância, porque ele integra vontades, combina gostos, transforma experiências em conhecimento, estabelece rotinas, promove relações sociais, entre outras práticas que farão parte do ensinar e do aprender. É importante ressaltar que, na escola, cada professor tem um modo próprio de organizar suas aulas, de



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

se movimentar nela, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos e de participar da vida escolar (NÓVOA, 1995).

O processo identitário passa também pela capacidade de exercermos com autonomia a nossa atividade, pelo sentimento de que controlamos o nosso trabalho. A maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino. [...] Nós e a profissão. E as opções que cada um de nós tem de fazer como professor, as quais cruzam nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. É impossível separar o *eu* profissional do *eu* pessoal. (NÓVOA, 1995, p. 17).

Ao analisar as relações entre a personalidade do professor e as relações interpessoais que estabelece, Mosquera e Stobäus (2001) demonstram que a ideia de fazer a separação entre o eu pessoal e o eu profissional não é adequada para a saúde mental do ser humano. Não podemos esquecer que somos pessoas únicas no mundo, apesar de termos diferentes facetas e dimensões. Logo, o modo como o docente se relaciona com o aluno com deficiência serve de parâmetro para os demais alunos, pois “[...] o professor é um modelo de identidade para a turma. Assim, seu papel como motivador de relações afetivas é preponderante” (SELAU, 2007, p. 85).

Desse modo, as características pessoais consideradas necessárias para o professor, apontadas anteriormente, vão ao encontro do que propõe a Declaração de Salamanca (1994), que explicita o compromisso com a diversidade que a escola deve adotar para com cada criança, independente da sua origem social, linguística, étnica e se tem alguma deficiência ou não.

Conforme Lacerda (2006, p.167):

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

Nessa dinâmica, Selau (2007) chama atenção para a importância da inclusão do professor no processo inclusivo. Para o autor, o professor precisa ser visto ouvido e ser acolhido para que possa desenvolver um trabalho de acolhimento, “uma vez que o sucesso deste [processo] também depende deles” (SELAU, 2007, p. 85).

Mas, para que ocorra o processo inclusivo na escola, são necessários investimentos nas condições de trabalho, formação para atuação na área da inclusão, valorização financeira e



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

profissional, apoio da escola e um ambiente de trabalho afetivo. Tais premissas são essenciais para que a inclusão aconteça de forma efetiva e qualificada, e possa alcançar todos os setores da escola.

Contudo, uma meta de tal complexidade não se atinge de uma hora para outra. A obtenção de tais objetivos requer planejamento, organização e acompanhamento das ações, para que não ocorram situações que criem mal-entendidos e o aluno com deficiência não seja visto como mais um fator a aumentar a carga de trabalho, ou que se torne motivo de estresse entre os profissionais. Para tanto,

Pensa-se ser necessário cuidar para que as ideias não sejam desencadeadoras de situações desenvolvidas de qualquer maneira, sem o devido tempo para formação profissional, sem a devida organização escolar. Os professores precisam receber preparo, sobretudo para que suas ações resultem em bons frutos. Crê-se que o ideal está na prática acompanhada com formação teórica, com apoio escolar, e uma dinâmica de sala de aula apropriada para o tipo de desafio que surge. (SELAU, 2007, p. 87).

Ao apontar os pontos fracos da educação especial no Brasil, Lacerda (2006, p. 168) afirma que

A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, reside no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes.

Como já referido, a escola não é instituição isolada, solta no tempo e no espaço. Ela faz parte do contexto social, porque há pessoas que nela circulam todos os dias.

[...] O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam. Os valores, as crenças e as prioridades da sociedade permearão a vida e o trabalho nas escolas e não pararão nos seus portões. Aqueles que trabalham nas instituições de ensino são cidadãos da sua sociedade e da comunidade local; portanto possuem a mesma gama de crenças e atitudes com qualquer outro grupo de pessoas; também o são aqueles que administram o sistema educacional como o todo, incluindo os que são designados para o posto, os membros eleitos pelo governo local, os diretores de escola e os administradores. (MITTLE, 2003, p. 24).

Para tanto, o papel da escola nesse cenário é criar espaços para oportunidades e possibilidades de crescimentos para todos, indistintamente. Ela pode potencializar a construção de uma sociedade sem discriminação, pois tem a oportunidade de desconstruir preconceitos, em vez de perpetuá-los, justamente por constituir um espaço privilegiado em que as diferenças se encontram



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

cotidianamente. Cabe a todo o corpo escolar desenvolver projetos e estratégias voltados para o respeito à diversidade humana, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar na desconstrução de todas as formas de discriminação e, para tanto, o trabalho com a dimensão pessoal dos professores é fundamental.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho é fruto de um projeto de extensão, aprovado pela Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFCG (PROPEX) e que foi desenvolvido em uma escola pública estadual, situada em um bairro pobre, da cidade de Cajazeiras/PB. A renda mensal das famílias que frequentam essa escola varia de menos de um até dois salários mínimos.

A escola desenvolve atividades nos três turnos (manhã, tarde e noite), tendo nos seus quadros um total de 223 alunos. Nos períodos da manhã e da tarde, as atividades pedagógicas estão voltadas para os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. No período da noite, as atividades são direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com relação à estrutura, a escola possui cinco salas de aulas, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), um banheiro, um pátio grande, uma cozinha pequena, uma sala designada para o funcionamento da gestão escolar (direção, secretaria e coordenação). Todas as salas são pequenas, contando com pouca luz e ventilação.

A infraestrutura arquitetônica para o aluno com deficiência é praticamente inexistente. A escola apenas apresenta uma rampa irregular, que vai do portão de entrada até o espaço onde se encontram três das salas de aula. O banheiro é inadequado para as pessoas com necessidades especiais, pois a largura da porta é estreita e com degraus em seu acesso, o espaço é apertado e pequeno, bem como o sanitário não é adaptado para estas pessoas, pois não possui corrimão ou outra ferramenta que auxilie o aluno com deficiência. Como a escola só possui um banheiro, todos fazem uso do mesmo espaço.

A sala de AEE fica a maior parte do tempo fechada para evitar que outros membros da escola mexam nos materiais (computador, jogos adaptados, impressora, entre outros), que são considerados caros e para evitar a possibilidade de quebra, defeito ou roubo. Os horários de atendimento são agendados e a chave fica com a professora responsável pelos atendimentos. Foi



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

observado que não há comunicação e planejamento entre a professora da sala de AEE e os demais professores da escola. Cada um desenvolve suas atividades pedagógicas de forma desarticulada, atendendo os alunos com deficiência individualmente, sem levar em conta o processo da parceria pedagógica e interdisciplinar.

Há três alunos com deficiência intelectual e um com transtorno (não especificado pelo médico até a conclusão do projeto). No desenvolvimento das atividades pedagógicas na escola, descobriu-se que essa criança com transtorno foi entregue a um traficante aos cinco anos, como pagamento por dívida de drogas. No momento da realização da intervenção, ela tinha sido retirada da guarda dos pais e estava sob a tutela do Estado.

A equipe do projeto se deparou com histórias de crianças que trabalhavam para sustentar a família, enquanto outras eram filhas de presidiários que, em sua maioria, foram acusados por tráfico de drogas.

A partir desse cenário, decidiu-se primeiramente ter contato com os professores, a fim de conversar sobre seu trabalho e fazer um levantamento das principais necessidades que deveriam ser trabalhadas na sala de aula e na escola. A partir desse diálogo, observou-se que eles se encontravam desmotivados e tinham dificuldades em desenvolver suas atividades pedagógicas tanto com os alunos com deficiência, quanto com os demais.

Além das dificuldades sociais e econômicas, chamou a atenção o discurso de alguns professores sobre a desvalorização da profissão e o cansaço por ter que trabalhar em turnos opostos em outras escolas para complementar a renda familiar, estabelecendo para si uma sobrecarga de trabalho.

Os alunos da universidade foram orientados a participar de reuniões de planejamento na escola no intuito de se integrarem com a direção e os professores, tendo em vista contribuir com o desenvolvimento de atividades pedagógicas inclusivas na instituição. Para essas reuniões, foram ainda convidados professores da universidade, a fim de tratar de outros temas que visavam colaborar para a formação docente: a importância da afetividade, relações interpessoais, problemas de aprendizagem dos alunos, ética na educação, estresse no trabalho docente, *bullying* e algumas especificidades de cada deficiência (física, auditiva, intelectual), entre outros.



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Esses encontros com o corpo docente da escola tinham como finalidade estimular os professores a refletir mais sobre sua prática educativa na sala de aula, destacando a importância da interação social para o desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno, com ou sem deficiência.

Tendo em mãos esses dados, o passo seguinte foi o planejamento das atividades que iriam ser desenvolvidas com os alunos, com ajustes a cada encontro e de acordo com a necessidade dos mesmos, sempre pesquisando novas atividades lúdicas educativas, com a finalidade de interagir com todos os alunos dentro da sala de aula.

As atividades pedagógicas constavam de rodas de leituras, jogos educativos, apresentação de pequenos teatros, histórias contadas com a utilização de fantoches, de filmes de curta duração, leitura de quadrinhos (por exemplo, a história “Ser diferente é ser normal”, da Turma da Mônica). Na perspectiva interdisciplinar, foram utilizados produção textual, dominó com formas geométricas, construção de cruzadinha com nomes de animais, caixa da multiplicação, construção de uma árvore de natal com materiais reciclados e jogos da memória. Além destes, foram empregadas figuras ilustrativas que abordavam a temática da diversidade e do preconceito, trabalhadas por meio de dinâmicas de grupos que valorizassem o respeito, a paz, a importância da convivência, das relações humanas, entre outros.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Levando em consideração o contexto da escola e as atividades executadas pela equipe do projeto, observou-se que houve conquistas, mas também se evidenciaram muitas limitações a serem vencidas, como o trabalho de formação dos docentes no processo inclusivo. No começo das atividades os professores demonstravam resistência e, muitas vezes, não liberavam seus alunos para fazer as atividades combinadas na reunião de planejamento. Nesse percurso, observou-se ainda a falta de integração e entendimento entre os professores e entre estes e a direção da escola, dificultando, assim, o trabalho dos alunos do curso de Pedagogia. Essa dificuldade foi sendo trabalhada na medida em que os encontros de formação com os professores convidados da Universidade foram acontecendo. Outra estratégia utilizada foi a realização de conversas individuais, oportunizando a escuta dos problemas de cada docente. Assim, os acadêmicos foram conquistando a confiança dos professores e estabelecendo vínculos, a partir dos quais tiveram mais



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

liberdade de executar as atividades propostas em parceria com o professor e com a participação dos alunos. Como resultado, observou-se uma melhora nas relações interpessoais e na aprendizagem dos alunos.

Ressalta-se também que, apesar da resistência inicial por parte de alguns docentes da escola, já mencionada, progressivamente as aulas foram ficando mais atrativas e com maior abertura às colocações dos alunos em sala de aula. Vale salientar que, no início da implantação do projeto, observou-se que predominava nas práticas dos professores um modelo de aula bastante tradicional, no qual cabia ao professor falar e ao aluno repetir e copiar o que estava no quadro.

Adicionalmente, a vivência proporcionou experiência docente, aprofundamento teórico na perspectiva inclusiva e maior articulação entre a teoria e a prática para as alunas do curso de Pedagogia responsáveis pela execução do projeto.

Tendo em vista os resultados obtidos e as limitações observadas, parece oportuno recomendar que as ações iniciadas não constituam uma medida pontual, mas tenham continuidade e sejam ampliadas, incorporando de forma permanente ao cotidiano da instituição escolar aquelas práticas validadas pela experiência. Também é importante desenvolver novas abordagens que sejam capazes de fazer frente às dificuldades encontradas, de forma a superá-las e permitir que o processo avance. Nesse sentido, a manutenção de relações de confiança e troca de conhecimentos entre professores da escola, acadêmicos de Pedagogia e professores da universidade deve ser francamente estimulada, pois apresenta um significativo potencial de gerar respostas mais adequadas à realidade da instituição, constituindo-se uma rede de produção de conhecimentos e suporte ao trabalho docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Algumas dificuldades encontradas no início da implantação do projeto, como a resistência dos professores em trabalhar com atividades mais interativas e a falta de infraestrutura física da escola, foram sendo superadas com muito planejamento e estudo por parte da equipe.

A cada semana, professores e alunos do curso de Pedagogias se reuniam para partilhar suas experiências na escola e planejar as atividades que seriam levadas para reuniões de planejamento da escola, e confrontavam essas experiências com a bibliografia que deu sustentação teórica ao projeto.



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

O tema mais recorrente nos encontros foi a falta de formação do professor da escola para lidar, não apenas com o aluno com deficiência, mas igualmente com aqueles que, sem apresentar alguma deficiência aparente, não se adequavam às expectativas do corpo docente.

Também foi observado que a falta de capacitação profissional do professor para trabalhar com o aluno com deficiência se torna um entrave ao desenvolvimento desse aluno, que fica colocado sempre à margem das atividades pedagógicas e é visto como uma sobrecarga de trabalho. No caso dos alunos com deficiência intelectual, observou-se que as atividades pedagógicas oferecidas eram sempre pintar ou desenhar. No intervalo da aula, os mesmos não interagiam com os demais e ficavam sempre à margem do grupo. Com o desenvolvimento do projeto, esses alunos passaram a ser vistos e ouvidos, ganhando confiança e marcando sua presença em sala de aula.

Ademais, observou-se que as aulas se tornaram mais atrativas para os alunos, fazendo com que participassem mais ativamente das atividades propostas, tornando-se os atores principais na construção do conhecimento. Além desses aspectos, os alunos com deficiências passaram a ser vistos e ouvidos pelos colegas e professores. Na etapa inicial, estes eram praticamente ignorados por seus pares e seus professores relatavam não saber como desenvolver suas atividades com tais alunos, alegando ainda não ter condições para dar atenção exclusiva a apenas um ou dois alunos especiais.

Com o decorrer do tempo, alguns docentes da escola passaram a interagir melhor com os estudantes de Pedagogia e a trocar ideias sobre as atividades mais adequadas para estes alunos, bem como passaram a dialogar sobre o processo de interação dessas crianças no contexto da aula. Dessa forma, acredita-se que o projeto foi importante porque foram apresentadas novas alternativas de atividades pedagógicas, bem como se promoveram espaços de interação e reflexão nos intervalos e ao término das aulas.

A escola obteve outros ganhos, como a execução de um novo projeto de extensão no ano seguinte, que teve por objetivo de dar continuidade ao que foi iniciado no ano de anterior, aprofundando temáticas que foram trabalhadas de forma superficial, como a formação dos professores e o trabalho de socialização dos alunos. No mesmo ano, foi implantado o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Centro de Formação de Professores da UFCG, do curso de Pedagogia.*



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

A experiência aqui relatada reforça a importância de assegurar formação continuada e suporte aos professores, como parte das estratégias para viabilizar que o processo de inclusão ocorra de forma efetiva, contemplando as necessidades de todos os alunos, com ou sem deficiência, tanto nos aspectos da aprendizagem quanto da socialização. Evidenciou-se que investir permanentemente nas condições de trabalho dos professores, valorizá-los, garantir uma rede de apoio dentro da escola e na comunidade, através de parcerias com as universidades e outras instituições, bem como promover um ambiente de trabalho emocionalmente seguro, em que a afetividade seja valorizada, são fatores essenciais para construir a educação de qualidade que almejamos.

## REFERÊNCIAS

ANDREOZZI, M. L. Educação inclusiva: fracasso escolar da educação na modernidade. **Educação e Subjetividade**, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.43- 75, 2006. Disponível em: <[http://www.smartsite.com.br/sys\\_client/124/sys\\_anexos/educacao\\_inclusiva.pdf](http://www.smartsite.com.br/sys_client/124/sys_anexos/educacao_inclusiva.pdf)>. Acesso em: 09 de fev. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Nº 13.146/2015**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

FREIRE, Paulo. Cartas de Paulo Freire aos professores. In: FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Olho D'água, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2016.

HOLANDA, Maria de Fátima Duarte de; CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. **Memórias da educação especial: da integração a inclusão**. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2008.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, ago.



# 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jan. 2017

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão.** In: SOTBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (Org.). **Educação Especial:** em direção à Educação Inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-354-2.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença nas escolas:** questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências, 2013. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/o-direito-a-diferenca-na-igualdade-dos-direitos-2013-questoes-sobre-a-inclusao-escolar-de-pessoas-com-deficiencias/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-48.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. O professor, personalidade saudável e relações interpessoais: por uma educação da afetividade. In: ENRICONE, D. (Org.). **Ser professor.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 91-107.

NÓVOA, A. Os professores: um 'novo' objeto da investigação educacional? In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** Porto/Portugal: Porto, 1995. p. 14-17.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 8, n. 8, julho 2006. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

SELAU, B. **Inclusão na sala de aula.** Porto Alegre: Evangraf, 2007.